



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPIM

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº. 2.009/2017

*“Autoriza o Município de Inhapim/MG a participar do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios do Leste de Minas – CIDES LESTE, e dá outras providências.”*

A Câmara Municipal de Inhapim/MG, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeito Municipal de Inhapim/MG, no uso de minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo do Município de Inhapim/MG, autorizado a participar do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios do Leste de Minas – CIDES LESTE, aderindo, desde já, ao Protocolo de Intenções com os demais entes da Federação.

**Parágrafo Primeiro.** O Município participará do Consórcio Público mencionado no *caput* deste artigo, entidade que se constituiu sob a forma de associação pública.

**Parágrafo Segundo.** A autorização prevista neste artigo dispensa a ratificação, por lei, de Protocolo de Intenções a ser firmado pelo Poder Executivo para a adesão ao Consórcio Público, nos termos da Lei Federal nº. 11.107/2005 e do Decreto nº. 6.017/2007.

**Parágrafo Terceiro.** O Protocolo de Intenções deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo Municipal para conhecimento e acompanhamento.

**Parágrafo Quarto.** O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios do Leste de Minas – CIDES LESTE, deverá preferencialmente contratar para prestarem serviços oriundos do objeto do contrato de programa nº 008/2017, as clínicas médicas e profissionais médicos capacitados deste município, bem como o Hospital São Sebastião de Inhapim. *(Supressão dada pela Emenda supressiva nº 002/2017)*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPIM

ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 2º.** Os objetivos do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios do Leste de Minas – CIDES LESTE serão determinados pelos Entes da Federação que se consorciarem, observadas as competências constitucionais a eles atribuídas.

**Art. 3º. SUPRIMIDO.** *(Supressão dada pela Emenda supressiva nº003/2017)*

**Art. 4º.** O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por contratos de prestação de serviços.

**Parágrafo Único.** É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Inhapim/MG, 13 de fevereiro de 2017.

  
**MÁRCIO ELIAS DE LIMA E SANTOS**

**Prefeito Municipal**